

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 615.335 - RJ (2014/0297389-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : CETHER ASSESSORIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA
ADVOGADO : RAPHAEL DODD MILITO E OUTRO(S) - RJ100949
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : MARCELO SIQUEIRA DE MENEZES E OUTRO(S) - RJ147339

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por incidência das Súmulas n. 5, 7 e 83 do STJ.

O Tribunal de origem negou provimento ao apelo interposto pelo agravante, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 1.634):

AÇÃO INDENIZATÓRIA - RELAÇÃO DE CONSUMO FUNDADA NA RESPONSABILIDADE PELO FATO DO SERVIÇO - APLICAÇÃO DA NORMA DO ARTIGO 27 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS - PRESCRIÇÃO CORRETAMENTE RECONHECIDA, DIANTE DA INÉRCIA DO AUTOR EM IMPULSIONAR O FEITO - DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fl.s 1.645/1.647).

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a agravante apontou violação do art. 535 do CPC/1973, por omissão do acórdão recorrido quanto à inaplicabilidade do art. 27 do CDC, no que se refere ao prazo prescricional e quanto à inércia do Judiciário em relação ao pedido de justiça gratuita.

Aduziu afronta ao art. 206, § 3º, V, do CC/2002, além de divergência jurisprudencial, sob o argumento de que por se tratar de ato ilícito a causa de pedir da ação, o prazo prescricional deve obedecer ao disposto na regra geral do CC/2002. Dessa forma, aplicando-se a regra de transição do art. 2.028 do CC/2008, o prazo de prescrição seria o da regra geral do art. 177 do CC/1916.

Com fundamento no art. 219, § 1º, do CPC/1973, alegou que a citação válida interrompe o curso do prazo de prescrição, que retroagiria à data da propositura da ação. Nesse contexto, (e-STJ fl. 1.661):

A citação válida ocorreu em 28/07/2004 e a ação foi proposta em 06/09/2000. Assim, a prescrição foi interrompida em 06/09/2000 data em que a demanda foi proposta.

Sustentou, ademais, que o processo ficou paralisado por inércia atribuída ao Judiciário e não à agravante.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Com relação à afronta ao art. 535 do CPC/1973, importa esclarecer que os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No caso dos autos, a Justiça local decidiu a matéria controvertida, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Não há, portanto, omissão alguma a ser sanada.

Conforme a jurisprudência do STJ, aplica-se o CDC na relação entre consumidor e instituições financeiras, por falha ou vício no serviço ou produto. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - RESTITUIÇÃO DE QUANTIA DEPOSITADA EM CONTA CORRENTE - SOLIDARIEDADE RECONHECIDA ENTRE COOPERATIVA DE CRÉDITO E BANCOOB - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU EM PARTE DO RECLAMO PARA DAR-LHE PROVIMENTO A FIM DE AFASTAR A SOLIDARIEDADE. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.

1. Não há falar na inadmissibilidade do reclamo especial, pois cumpriu todos os requisitos formais essenciais ao conhecimento da insurgência por esta Corte Superior.

1.1. O reclamo especial cumpre os requisitos de admissibilidade recursal, visto que desnecessário promover o reenfrentamento do acervo fático probatório dos autos para constatar a ilegitimidade da financeira na presente hipótese, não incidindo o óbice da Súmula 7/STJ no caso, visto que a matéria é unicamente de direito, qual seja, se há solidariedade passiva entre banco cooperativo e cooperativa de crédito quanto às operações bancárias por esta realizadas com seus cooperados e aplicadores.

2. As cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras, aplicando-lhes o Código de Defesa do Consumidor. Precedentes.

2.1. O fato de constituir relação de consumo não acarreta necessariamente a solidariedade passiva entre o banco cooperativo e a cooperativa de crédito, pois a solidariedade não é consequência necessária da formação de vínculo entre empresas, seja de natureza contratual ou por constituição de grupo econômico, e não pode ser presumida sem a identificação clara do liame.

2.2. Esta Corte Superior entende inexistir a responsabilidade solidária do BANCOOB em relação aos prejuízos sofridos por cooperados e aplicadores, que devem buscar se ressarcir junto à cooperativa em liquidação. Precedentes.

2.3 No âmbito das relações de consumo, aplicando-se a teoria da causalidade adequada e do dano direto imediato, somente há responsabilidade civil por fato do produto ou serviço quando houver defeito e se isso for a causa dos danos sofridos pelo consumidor.

2.4 Na hipótese sob julgamento, nenhuma das causas da insolvência da cooperativa singular pode ser atribuída ao recorrente BANCOOB, o qual atuava como simples prestador de serviços do sistema de crédito cooperativo, nos termos da regulamentação das autoridades competentes, motivo pelo qual não há como reconhecer a responsabilidade solidária prevista nos arts. 7º, parágrafo único, 20 e 25 do CDC, pois o insurgente BANCOOB não forma a cadeia de fornecimento do serviço em discussão na controvérsia em julgamento.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1520390/ES, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 28/06/2018)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. SISTEMA NACIONAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A CONSUMIDORES COMUNS NÃO-COOPERADOS. APLICAÇÃO DO CDC. RESPONSABILIDADE PELA CADEIA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS OU SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. AUSÊNCIA.

1. Ação ajuizada em 27/11/2002. Recurso especial interposto em 25/02/2014 e atribuído ao Gabinete em 26/08/2016.

2. Não há solidariedade passiva entre banco cooperativo e cooperativa de crédito quanto às operações bancárias por esta realizadas, uma vez que o sistema de crédito cooperativo funciona de molde a preservar a autonomia e independência - e consequente responsabilidade - de cada um dos órgãos que o compõem.

3. No entanto, quando a cooperativa de crédito busca consumidores no mercado, isto é, aqueles que não são cooperados, atua como se fosse uma instituição financeira ordinária.

4. A jurisprudência do STJ é há muito tempo pacífica no sentido da aplicação do CDC às relações entre consumidores e as instituições financeiras. 5. No âmbito das relações de consumo, aplicando-se a teoria da causalidade adequada e do dano direto imediato, somente há responsabilidade civil por fato do produto ou serviço quando houver defeito e se isso for a causa dos danos sofridos pelo consumidor.

6. Na hipótese sob julgamento, nenhuma das causas da insolvência da cooperativa singular pode ser atribuída ao recorrente BANCOOB, o qual atuava como simples prestador de serviços do sistema de crédito cooperativo, nos termos da regulamentação das autoridades competentes.

7. Não há como reconhecer a responsabilidade solidária prevista nos arts. 7º, parágrafo único, 20 e 25 do CDC, pois o recorrente BANCOOB não forma a cadeia de fornecimento do serviço em discussão na controvérsia em julgamento.

8. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1468567/ES, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 10/08/2018)

Aplicável, portanto, a prescrição quinquenal prevista no art. 27 do CDC, tal como decidido pela Corte local.

Ao evidenciar a inércia da agravante, no curso do processo, reconhecendo a prescrição, o Tribunal de origem assim se pronunciou (e-STJ fl. 1.635):

(...) a demandante tomou conhecimento do fato na data de sua ocorrência, ou seja, em 05 de julho de 1996 e, mesmo tendo ajuizado a ação em 06 de setembro de 2000, permaneceu inerte por quase três anos, no período de 18 de e dezembro de 2000 a 29 de outubro de 2003, ensejando, com tal desídia, o perfazimento do lustro prescricional, ocorrido em 05 de julho de 2001, antes mesmo do despacho determinando a citação, exarado em 07 de abril de 2004 — fls. 290 —, sendo de se ressaltar, por oportuno, que a inação da parte não pode ser atribuída ao Judiciário, eis que a demandante não logrou atender aos comandos judiciais pertinentes à pretensão de obtenção dos benefícios da gratuidade de justiça, abandonando, no referido período, o feito.

A análise da pretensão da agravante não enseja o reexame de matéria de fato, tendo em vista que os atos processuais estão devidamente certificados nos autos.

Nesse contexto, conforme se extrai do despacho de fl. 119 (e-STJ), a agravante foi intimada para apresentar declaração de renda da pessoa jurídica e dos sócios.

Manifestando-se pela desnecessidade da apresentação do documento em relação aos sócios, pessoas físicas, houve novo despacho, determinado o cumprimento integral da determinação anterior (e-STJ fls. 118), em 30/11/2000, cuja publicação ocorreu em 18/12/2000.

O referido despacho não foi atendido e tampouco houve manifestação da agravante sobre a nova determinação. Diante da inércia da autora da ação, foi certificada a paralisação dos autos, por prazo superior a 30 (trinta) dias à fl. 130 (e-STJ), em 12/9/2001, com remessa ao arquivo em 29/10/2003, conforme certidão de fl. 134 (e-STJ), data em que a agravante se manifestou, reiterando pedido de gratuidade de justiça.

Observa-se, portanto, que, mesmo intimada da paralisação do processo pelo lapso temporal a que se refere o art. 267, III, do CPC/1973, a agravante nada requereu e também não se manifestou, voltando aos autos apenas mais de 2 (dois) anos após a primeira certificação da serventia da 33ª Vara Cível do Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, o reconhecimento da prescrição quinquenal, no caso concreto, – afastando-se a aplicação do disposto no art. 219, §1º, do CPC/1973 para determinar que a interrupção do prazo retroagisse à data do ajuizamento, uma vez perfectibilizada a citação –, coincide com a jurisprudência do STJ, tendo em vista a inércia da agravante por prazo superior ao previsto em lei para determinar a extinção do processo. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE/EMBARGADO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a citação realizada em processo anteriormente extinto, sem julgamento do mérito, por inércia do autor (art. 267, II e III, do CPC/73), não tem o condão de interromper a prescrição. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 779.587/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 13/10/2017)

RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA E DANOS MORAIS. PRIMEIRA DEMANDA PROPOSTA CONTRA A ESTIPULANTE. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR ILEGITIMIDADE PASSIVA. SEGUNDA DEMANDA INTENTADA CONTRA A SEGURADORA. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO COM A CITAÇÃO VÁLIDA OCORRIDA NA PRIMEIRA AÇÃO. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA. POSSIBILIDADE. ESTIPULANTE QUE AGE COMO SE FOSSE A SEGURADORA. RECURSO PROVIDO.

1. Na hipótese, é justificável a aplicação da teoria da aparência, pois o consumidor, com base em engano plenamente justificável pelas circunstâncias do caso concreto, acreditava que a estipulante, em verdade, era a própria seguradora.

2. Estipulante que age como se fosse a própria seguradora, realizando a contratação, prestando todas as informações referentes ao contrato de seguro, recebendo a documentação do sinistro e comunicando sobre o indeferimento da indenização securitária.

3. A citação válida é causa interruptiva da prescrição, ainda que o processo seja extinto sem resolução do mérito, excetuadas as hipóteses de inércia do autor previstas nos incisos II e III do art. 267 do CPC.

4. O ato citatório ocorrido na demanda proposta contra a estipulante teve o condão de interromper a prescrição da ação intentada posteriormente contra a seguradora. Tese aplicada à hipótese dos autos, tendo em vista as suas peculiaridades fáticas.

5. Recurso especial provido.

(REsp 1402101/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 11/12/2015)

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ABANDONO DA CAUSA - ARTIGO 267, III, DO CPC - INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR - INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 240/STJ AO CASO - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1.- Não há que se falar, in casu, em necessidade de requerimento do réu, para que se possibilite a extinção do processo com fundamento no art. 267, III, do Código de Processo Civil. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a inércia, frente à intimação pessoal do autor, configura abandono de causa, cabendo ao juiz determinar a extinção do processo, sem julgamento de mérito (AgRg no REsp n.º 719.893/RS, 1ª Turma, Min. FRANCISCO FALCÃO, DJ de 29.08.2005).

2.- Inaplicável, nessa hipótese, a Súmula 240 do Superior Tribunal de Justiça, haja vista que não houve sequer a instauração da relação processual. Precedentes.

3.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 399.644/RO, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2013, DJe 14/11/2013)

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do STJ.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intemem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator